

***Divisões territoriais, comemorações e identidades locais:
os sentidos políticos do espaço geográfico
(Rio Grande do Norte, 1935-1945)***

Territorial division, celebrations and local identities:
the political meanings of geographic space
(Rio Grande do Norte, 1935–1945)

*Jailma Maria de Lima*¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar como os processos de construção identitária locais, no Estado do Rio Grande do Norte, estiveram atrelados às diversas comemorações que passaram a ser realizadas nos espaços públicos, nas décadas de 1930 e 1940, e às disputas políticas para a delimitação das circunscrições territoriais e categorias administrativas dos municípios. A construção do sentimento de pertencimento a um coletivo é política/cultural, pois implica a organização do grupo em um determinado espaço e, conseqüentemente, a produção de discursos sobre esse espaço e sobre esse grupo. As comemorações, sejam religiosas, sejam cívicas, têm papel fundamental no processo de construção por contribuírem para fazer os indivíduos reconhecerem seu pertencimento a uma comunidade e a um determinado espaço físico/social.

PALAVRAS-CHAVE: Comemorações. Identidades. Política.

ABSTRACT: This article aims to analyse how the process of local identity construction, in the state of Rio Grande do Norte (Brazil) were attached to the several celebrations that started in public areas in the 1930's and 1940's, and the political disputes over territorial boundaries and administrative categories in the municipalities. The construction of the feeling of belongingness to a collectiveness is both political and cultural, for it entails the group to be arranged within a certain space and, as a consequence, the production of discourses on the space and group. Celebrations, either religious or civil, play a fundamental role in the process of construction as they help make individuals recognise their belonging to a community and a certain physical and social space.

KEYWORDS: Celebrations. Identities. Politics.

Introdução

Os enfrentamentos políticos da segunda metade da década de 1940, no Estado do Rio Grande do Norte, ocorriam em espaços que passavam por grandes transformações físicas, com construções de obras que possibilitavam melhorias na vida da população, transformando o cotidiano municipal, até então regido pelo tempo da Igreja Católica e de suas festas religiosas. A definição/delimitação desses espaços, do ponto vista geográfico/administrativo – como

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). jailmalima@ig.com.br.

idades, distritos ou vilas – passou por uma intensa discussão, técnica e política, que datava do final dos anos 1930 e do início dos anos 1940. Após a definição geográfica realizada pelo IBGE, em 1938, a população das cidades e vilas necessitava passar por um processo de construção de sentimentos de pertencimento. Começava a ser criada/inventada uma nova identidade. Ou seja, a tradição era construída a partir da releitura do passado político.

Esse foi um processo extremamente importante do ponto de vista político, que se refletiu nas campanhas eleitorais no pós 1945. As questões locais eram intensamente discutidas na Assembleia Legislativa, e os deputados passavam a, dentre outros aspectos, engajarem-se em lutas pelos desejos emancipatórios das localidades. As várias comemorações que foram sendo instituídas oficialmente, tanto pelo governo do presidente Getúlio Vargas, quanto pela gestão do governador Rafael Fernandes, foram extremamente importantes para a construção identitária local.

Assim, este artigo analisa como os processos de construção identitária nos municípios e vilas estiveram atrelados às diversas comemorações que passaram a ocupar os espaços públicos nas décadas de 1930 e 1940 e às disputas políticas para a delimitação das circunscrições territoriais e categorias administrativas dos municípios norte-rio-grandenses.

Cotidiano, divisões territoriais e disputas políticas

O Estado do Rio Grande do Norte, na segunda metade da década de 1940, era essencialmente rural e sua população vivia, em sua maioria, em fazendas, sítios e granjas e da pecuária, da produção agrícola e do comércio. Algumas cidades litorâneas, como Mossoró, Areia Branca e Macau, já eram grandes produtoras de sal e possuíam um relevante contingente de trabalhadores salineiros. As áreas urbanas dessas localidades eram muito reduzidas, porém, nelas, ocorriam eventos que as movimentavam, principalmente ao redor da Igreja Católica. Como afirma Dantas, “[...] diferente de uma organização linear, as histórias [dos municípios] seguem um fluxo que bricola as razões geometrizes e as pulsões da imaginação, como polos complementares. Elas nascem de preces, de serpentes encantadas, de guerras entre povos.” (2005, p. 26).

A vida religiosa nessas localidades era intensa. De acordo com o censo de 1940, algumas cidades já desenvolviam cultos protestantes e reuniões espíritas. Em templos na capital e no interior do estado, havia igrejas designadas como: Assembleia de Deus, Assembleia de Cristo, Adventista do Sétimo dia, Batista Cristã, Batista Independente, Presbiteriana e Centro Espírita Deus, Cristo e Caridade, entre outras. (CÂMARA, 1943, p. 13). No entanto, os municípios eram predominantemente católicos, e todos possuíam igrejas, alguns, templos imponentes, outros, pequenas capelas construídas em povoados ou em fazendas. O período de realização de festas religiosas, sobretudo dos padroeiros locais, constituía-se em um dos momentos mais importantes no cotidiano municipal, com mobilizações para a participação em missas, novenas e quermesses e, muitas vezes, com apresentações das bandas de músicas, chás e bailes dançantes.

Em Caicó, por exemplo, a *Festa de Santana* é realizada desde 1700, no mês de julho. Nas décadas de 1930/40, era um dos principais eventos religiosos do estado. Comportava, no seu interior, várias solenidades e caracterizava-se como uma “dimensão social da vida coletiva caicoense”, além de se expressar “[...]em vivências sociais de apropriação, de criação e de permanência as quais se aglutina(vam) em torno de vários componentes culturais, como por exemplo, o religioso, o educativo, o estético, o lúdico e o social.” (ARAÚJO; MEDEIROS, 2006, p. 195). No ano de 1930, durante as comemorações à Santana, ocorreu a realização de um concurso, para a escolha da Rainha da Festa, que mobilizou a região. Vale observar que a comissão apuradora dos votos era composta pelas principais autoridades municipais: o prefeito Eduardo Gurgel, o adjunto de Promotor, Hilarino Amâncio Pereira e o Tenente-Coronel Enico Monteiro (ARAÚJO; MEDEIROS, 2006, p. 211). Era durante tais festas religiosas que as novidades sociais, políticas e culturais circulavam e os jornais se encarregavam de divulgá-las. Por isso, as *Festas de Santana* “apresentavam-se como pretextos para a ostentação de toilettes, para a propagação dos cânones em matéria de elegância e, notadamente, para o polimento dos comportamentos e dos costumes sociais.” (Id. Ibid. p. 204).

As feiras, realizadas semanalmente, em diferentes pontos, movimentavam a população que se deslocava das áreas tanto rurais quanto urbanas para esse importante ponto de sociabilidade. Não por acaso, muitos comícios foram realizados em feiras. Não por acaso

também, as feiras se constituíram em muitas localidades em objeto de disputas. Na Fazenda Irapuru (Santa Cruz) de Theodorico Bezerra os moradores eram proibidos de comprar fora da feira existente naquela propriedade. Nas feiras, todos os tipos se faziam presentes: agricultores, feirantes, mendigos, donas de casas, padres, comerciantes, dentre outros. Geralmente, nos locais onde se realizava a feira, surgia a necessidade de construção de um mercado público ou, nos arredores, de melhoramentos ou construção de matadouro – obras, muitas vezes, reivindicadas por feirantes e populares.

Frequentemente, a feira era instalada próximo à praça principal da localidade, que, por sua vez, também se situava no entorno da Igreja Católica e, no caso, da sede do município, dos órgãos da administração pública, como prefeituras e câmaras de vereadores. A precariedade das estradas e dos meios de comunicações dificultavam os contatos políticos com outras regiões, mas não os impossibilitava. A vida cotidiana acelerava o trânsito das notícias e, em algumas áreas, a construção de estações de trem, o que aumentava o fluxo de pessoas e de mercadorias. Isso ocorria juntamente com a ampliação dos meios de comunicação, como o rádio e os impressos, o que permitia a maior circulação de informações sobre política e economia, além de novidades sobre moda e costumes, que possibilitavam desejos e criavam outras necessidades cotidianas. Era no cotidiano rural ou urbano dessas cidades e vilas que se engendravam as lutas políticas e que as identidades locais iam sendo constituídas. Para Certeau,

o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia a dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes, velada. [...] É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares de infância, memória do corpo, dos gestos, da infância, dos prazeres. (CERTEAU, 1996, p. 31).

Gervais-Lambony (2001 p. 259-260) lembra que os indivíduos têm suas identidades espaciais forjadas sobre seu local de residência ou de trabalho, em viagens ou estadias, relacionadas a um espaço que conhecem, que praticam e que imaginam. O espaço vivido é

constituído do sentimento de pertencimento, na medida em que o indivíduo pode se identificar com um bairro, uma cidade, região ou estado. No entanto, a identidade é múltipla, pois algumas pessoas podem se sentir, ao mesmo tempo, cidadãos de um país e de um bairro, membros de uma determinada família e de uma categoria profissional.

Nesse sentido, para o autor, a construção do sentimento de pertencimento a um coletivo é política/cultural, pois implica a organização do grupo em um determinado espaço e, conseqüentemente, a produção de discursos sobre esse espaço e sobre esse grupo. Não se trata de um processo sobreposto ao da formação da identidade individual e não é somente fundado sobre uma prática espacial, resultando da elaboração de discursos que produzem territórios, de fato adotados como referências identitárias dos indivíduos. As identidades, pois, não são naturais, estáticas ou únicas, nem têm uma realidade biológica; são sempre construções sociais e políticas. Como afirma Arrais

O espaço não é uma matéria inerte, um mero suporte das relações travadas entre os indivíduos, mas parte constitutiva das relações sociais, incorporando significados que lhe são atribuídos por determinadas representações, revestindo-se de simbologias e participando da construção de certas identidades. A noção de subjetividade implícita nesse conceito conduz à compreensão do espaço como marca e expressão das relações sociais. (ARRAIS, 2004, p. 11).

No Rio Grande do Norte, algumas questões surgidas nos anos 1930 e no início dos 1940, além de agitarem a vida política municipal, refletiram-se diretamente em disputas político-partidárias e em construções identitárias, após a redemocratização de 1945. Uma questão importante nos municípios relacionou-se às disputas para a delimitação das circunscrições territoriais e categorias administrativas, ou seja, da divisão político-administrativa dos estados em municípios e distritos. Esse foi um processo de afirmação/reafirmção da importância política das localidades e de suas lideranças. As definições de limites ocorreram através de medidas governamentais. A Constituição de 1937 atribuía à União a responsabilidade de resolver os problemas sobre os limites no território nacional, antes do Censo previsto para ocorrer em 1940. Esse Censo foi o primeiro feito no Brasil com a utilização de critérios

internacionais para a contagem da população. Ele objetivava traçar um perfil mais completo do país, relacionando aspectos econômicos, sociais e culturais, como atividades econômicas e ocupação da população, número de escolas e alunos matriculados, igrejas existentes e adeptos de cultos religiosos, por municípios.

Para delimitar as categorias administrativas das localidades e traçar o perfil populacional, foram criados, em 1938, o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Conselho Nacional de Geografia (CNG), depois incorporados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse mesmo ano, o governo federal, por decreto-lei, determinou aos estados a regulação das fronteiras municipais e as divisões dos seus territórios. O decreto foi o primeiro instrumento legal a ordenar a estrutura territorial dos municípios e, assim, estabelecia uma divisão jurídica (comarcas e termos) e administrativa (municípios e distritos).¹ (Decreto-lei, n. 311, 1938)

Tal decreto previa, ainda, que nenhum novo distrito seria instalado sem que, previamente, fossem delimitados os quadros, urbano e suburbano, dos municípios. No caso do quadro suburbano, o distrito-sede deveria ter, pelo menos, trinta moradias e, no caso de município, o quadro urbano da sede teria que, obrigatoriamente, possuir, no mínimo, duzentas moradias.

No caso do Rio Grande do Norte, tal processo foi regulamentado em fins de março de 1938, e causou grandes disputas políticas. A medida aprovada elevou várias vilas à categoria de municípios e, ao inverso, várias vilas perderam tal condição. Desse modo, o estado passou a ter um novo desenho. Juridicamente, possuía 21 Comarcas e 42 termos, e administrativamente, 42 municípios e 45 distritos. (Decreto nº 457, 1938).²

O grande problema, que resultou na realização de inúmeras reuniões e discussões, residiu exatamente no rebaixamento da condição administrativa de várias localidades. As insatisfações causadas foram enormes e as pressões levaram o governo estadual a constituir, meses depois, uma Comissão de Estudos, ligada ao Departamento de Estatística e Publicidade (DEP), para resolvê-las. A Comissão era composta por Anfilóquio Câmara, Nestor Lima e Rubem Ribeiro e tinha como objetivo definir os limites municipais e a delimitação das áreas

urbanas e suburbanas dos municípios, das sedes e distritos municipais. (Divisão territorial. *A República*, 2 out. 1938, p. 3.)

Os municípios foram obrigados a criar um Diretório Regional de Geografia (DRG), para discutirem os problemas de limites e conduzirem o processo de regulação de fronteiras, tendo, inclusive, que elaborar mapas com seus limites geográficos. Do trabalho das equipes, resultou uma nova divisão judiciária e administrativa para o estado: as mesmas 21 comarcas e 42 termos; 42 municípios e 84 distritos, em vez dos 45 anteriores (incluíam os que haviam sido rebaixados, além dos 45 já existentes).

Os conflitos e conciliações, ocorridos para a criação de mais 39 distritos, resultaram na afirmação de lideranças políticas locais. Pequenos povoados ascenderam à condição de distrito, dando demonstração de sua força política. Alterações nas divisões somente poderiam ocorrer quinquenalmente e, desse modo, em 1943, foi publicado um decreto que estabelecia uma nova divisão administrativa e judiciária para o estado. Do ponto de vista administrativo, ocorreram duas alterações: 1) o município de São Gonçalo foi extinto e sua antiga sede passou de cidade a vila com o nome de Felipe Camarão; 2) o município de São Paulo do Potengi foi criado, com a elevação da sede à cidade. Entretanto, do ponto de vista judiciário, foram criadas mais quatro Comarcas (Angicos, Areia Branca, Parelhas e Goianinha). (Decreto-lei no. 268, 30 dez. 1943.)

Antes disso, após a análise dos resultados do Censo de 1940, o IBGE estabeleceu também uma das primeiras divisões regionais do país, em zonas fisiográficas, baseada em critérios econômicos, para o agrupamento dos municípios. O Rio Grande do Norte foi dividido em 06 áreas: Zona do Litoral, Agreste, Centro-Norte, Seridó, Oeste e Serrana.

Em 1947, quando da elaboração da Constituição Estadual, tais questões voltaram a ser discutidas pelos deputados, que, seguindo a Constituição Federal de 1946, optaram pelos seguintes critérios para a criação de municípios: população de dez mil habitantes; renda anual mínima de 50 mil cruzeiros; existência, na sede, de cem moradias e prédios para funcionamento da prefeitura; além da prévia existência de mercado, matadouro, açougue e cemitério.

Tais discussões foram extremamente importantes para os municípios, pois, pela primeira vez, em muitos casos, eles tiveram que se debruçar sobre sua história e geografia, o que

implicava em refletir sobre seu passado, suas tradições e seus limites geográficos. Se, em cidades maiores e com grupos políticos mais fortes, no âmbito da política estadual – como Mossoró e Caicó –, o processo de construção de discursos identitários já estava mais avançado, o mesmo não ocorria com localidades menores, que necessitavam definir/redefinir sua importância política. Como afirmam Grysnpam e Pandolfi,

as identidades de regiões, de espaços, estão também associadas às identidades e memórias dos grupos que os ocupam. Inversamente, as identidades dos grupos que ocupam determinados espaços, determinadas regiões, ressemantizam-se a partir da redefinição das identidades desses espaços e de suas memórias. Portanto, as lutas pelas memórias regionais, pelas memórias espaciais, são também batalhas discursivas em torno da definição e das formas de percepção das identidades desses espaços, tanto quanto dos grupos neles presentes. (GRYNSZPAN & PANDOLFI, 2007, p. 69.)

Comemorações e construção identitária

É importante destacar que as questões discutidas sobre as delimitações municipais ocorriam ao mesmo tempo em que diversas comemorações eram instituídas e passavam a fazer parte do cotidiano municipal. Desse modo, a divisão, estabelecida por decretos e decisões governamentais, conviveu com a construção política de identidades locais, fundadas na noção de pertencimento da população aos povoados, distritos e municípios. Aspecto que se apresentou, de forma evidente, a partir do crescimento das localidades e da elevação de algumas à categoria de municípios e de distritos. Tais construções foram intensamente nas comemorações instituídas nos municípios.

A produção e mobilização de identidades locais foi um processo no qual o território foi reinventado “como fundamento concreto das identidades coletivas.” (GERVAIS-LAMBONY, 2001, p. 253) Tais sentimentos são construídos, principalmente, por discursos políticos que visam fazer os indivíduos reconhecerem seu pertencimento a uma comunidade e a um determinado espaço físico/social. “[...]Uma relação de identidade entre uma comunidade e um território é produzida por um conjunto de práticas e de discursos que são de atores políticos, seja de poderes públicos ou de agentes administrativos, de movimentos sociais ou grupos étnicos.” (GERVAIS-LAMBONY, 2001, p. 259).

Desde os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, algumas datas passaram a ser comemoradas. Durante o Estado Novo, as comemorações foram intensificadas criando o que Ângela de Castro Gomes denominou de “tempo festivo”, em referência aos eventos públicos que marcavam o aniversário do presidente Vargas, em 19 de abril; o dia do trabalhador, em 1º de maio; e o aniversário do Estado Novo, em 10 de novembro. Mas, também se referia a outras comemorações foram acrescentadas a essas, ao longo do Estado Novo, como o Dia da Pátria, o Natal e Ano Novo (GOMES, 2005, p. 216-218). Na cidade de Natal, ganhou destaque, também, o 27 de novembro, quando se comemorava a derrota dos comunistas, ocorrida em 1935. Tais datas eram festejadas com vários eventos, como desfiles, palestras e comícios, organizados principalmente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 (LIMA, 2001, p. 82-102). Tais comemorações eram realizadas em diversos municípios do estado e se constituíram em momentos de ocupação do espaço público pela população. Os municípios adquiriam *status* nos discursos oficiais e festas nos seus espaços públicos, tornando-se as suas praças em importantes pontos de sociabilidades.

Dentre a diversidade de órgãos criados pelo governo Vargas, para fins dessa discussão, nos interessa além do DIP, o Departamento das Municipalidades. Este órgão tinha como objetivo descentralizar as comemorações cívicas instituídas pelo governo. Em 1938, foi estabelecida a comemoração do dia do município, que deveria ocorrer em 1º de janeiro de 1939, e, a partir daí, quinquenalmente. Assim, foram duas as comemorações: em 1939 e em 1944. As festas municipais ficaram a cargo das seções estaduais dos Institutos Históricos e Geográficos e deveriam ocorrer em todos os municípios. A imprensa tratava de enaltecer a importância da data, como ocorre no seguinte trecho publicado pelo *Jornal do Brasil*:

embebidos naquele mundo de ficções em que se compraziam as tendências demográficas de nossa formação política, anos e anos levamos sem dar, praticamente a célula mater do país, o lugar que lhe conferiam vagas dissertações teóricas sem nenhuma ressonância no mundo das realidades concretas. O município como se perdia entre miragens e abstrações, dissociado inteiramente, daquela missão básica que devia integrá-lo como força viva e de função (...) com o tempo integradora e dinâmica, no ritmo totalitário das atividades nacionais. (Apud OLIVEIRA, 2005, p. 107.)

A instalação de alto-falantes em praças de Natal (e, posteriormente, a criação da Rádio Educadora de Natal (REN), em 1941), possibilitou também a ampliação do espaço público e a circulação de informações, na capital do estado. A radiodifusão também estava sendo ampliada, para as cidades do interior do estado, divulgando notícias oficiais, propagandas, notícias da guerra e também informações sobre as festas cívicas que ocorriam por todo o Brasil.

A conjuntura de guerra, a partir de 1942, modificou tais comemorações e a própria situação política, que passou a apresentar novas demandas e características. Em julho de 1943, o interventor Rafael Fernandes Gurjão foi substituído pelo General Antônio Fernandes Dantas. O motivo para essa substituição teria sido uma conspiração militar que estaria relacionada diretamente com a nova conjuntura de guerra. A substituição do interventor teria sido gestada pelo General Gustavo Cordeiro de Farias, que comandava as forças brasileiras sediadas em Natal. O interesse seria sua própria indicação para a interventoria. Vargas, no entanto, optou pela nomeação do General Antônio Fernandes Dantas. Assim, nem mesmo essa substituição na interventoria foi motivo para uma maior instabilidade política. (FURTADO, 1976, 207-215).

O Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo em 28 de janeiro de 1942, após a Conferência dos Chanceleres, realizada no Rio de Janeiro. Em represália, vários ataques a navios brasileiros foram realizados por submarinos alemães. Em consequência, o governo Vargas decretou, em 22 de agosto de 1942, que o país estava em estado de beligerância e, em 31 de agosto do mesmo ano, em estado de guerra.

Assim, a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, em 1942, e os diversos acordos que foram estabelecidos com os Estados Unidos possibilitaram que várias bases militares norte-americanas fossem instaladas no território brasileiro. Dessas bases, a mais importante foi a de Natal, por sua localização geográfica. A posição do Rio Grande do Norte foi evidenciada internacionalmente em 18 de janeiro de 1943, com a realização, no local denominado Rampa³, da “Conferência do Potengi”. Este foi o nome dado ao encontro dos presidentes Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos, e Getúlio Vargas, do Brasil, quando foram estabelecidos os

fundamentos de acordos para a retomada da ofensiva aliada na África do Norte e o patrulhamento do Atlântico Sul, a partir da base sediada em Natal.

Com a presença dos militares americanos na cidade, foram feitas as instalações da Base Aérea, da Base Naval, do Sistema de Vigilância Costeira e de Defesa Civil, além da construção de uma pista com cerca de 20 km que ligava o centro de Natal à Base Aérea. Ao lado desta, os americanos construíram o *Parnamirim Field*, um campo com pistas de 2.000 m² onde poderiam aterrissar, de uma só vez, 250 aviões. Ao todo, foram construídos 1.500 edifícios, que abrigavam em torno de 10.000 homens (CASCUDO, 1999, p. 422-423). Assim, com a nova conjuntura, a cidade passou a conviver com outros tipos de mobilização e participação política: a presença dos americanos na cidade; os treinamentos para possíveis ataques e os *blackouts* que deixavam a cidade às escuras⁴; as notícias sobre as batalhas na Europa; uma dura censura à imprensa; a polícia política e as manifestações cívicas, promovidas pelo governo Vargas. Mas, também os americanos ocuparam espaços festivos, realizando eventos na Base Aérea que chamavam à atenção da cidade, pelas presenças de cantores e atores norte-americanos. Eles também transmitiram programas musicais ou noticiários em inglês nas emissoras locais.

No entanto, à medida que os avanços dos aliados sobre o nazi-fascismo ocorriam, os ares da redemocratização sopravam mais fortes no Brasil e traziam de volta as turbulências políticas próprias ao retorno da competição eleitoral, inexistente desde 1937. Assim, foram intensas as negociações, conciliações e cisões, para a formação das agremiações partidárias que concorreriam às futuras eleições. O clima político no Rio Grande do Norte, no início de 1945, como em todo o Brasil, era tenso e indefinido quanto aos rumos partidários, além de repleto de divergências que, naquele contexto, vieram a público. Justamente por isso, as ruas foram tomadas com comícios e manifestações políticas variadas.

O “tempo festivo” estava sendo ressignificado. Se durante o Estado Novo estabeleceu-se um calendário de festas para mobilizar a população, em 1945, esse tempo festivo foi “apropriado” por vários grupos e sujeitos históricos, que o ressignificaram no novo contexto político-eleitoral. Houve desfiles, comícios, exhibições de filmes, dentre outras atividades organizadas por diferentes grupos que possuíam pontos de vista divergentes, mas disputavam

a atenção da população com demonstrações coletivas festivas. Nesse sentido, observamos que as comemorações cívicas e políticas, comuns em Natal desde 1936, e intensificadas em 1941/1942, haviam sido arrefecidas com a conjuntura de guerra. Contudo, em 1945, ganharam novo vigor e roupagem, em função quer da iminente redemocratização, quer das possibilidades de vitória dos aliados sobre o nazismo e o fascismo.

A emergência do regime democrático implicava no estabelecimento de relações políticas diferentes das de regimes autoritários. Estes, de modo geral, são mais eficientes na produção de imagens e na emissão de propagandas, em função do monopólio dos meios de comunicação. No entanto, é preciso remarcar que os regimes democráticos também necessitam desenvolver estratégias de legitimidade e atratividade, sobretudo quando a democracia ainda está em fase inicial, porque, nesses momentos, ocorre um aprendizado político das práticas de representação pelo voto. (CAPELATO, 1998, p. 36). Balandier considera que a força ou a razão, unicamente, não sustentam o poder. Sob a força, o poder estaria constantemente ameaçado e, sob a justificação racional, não teria suficiente credibilidade. A dimensão simbólica do poder é, assim, fundamental: “Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em quadro cerimonial.” (BALANDIER, 1982, p. 07).

Efetivamente, iniciavam-se outros tipos de manifestações políticas. Em abril e maio de 1945, quando os partidos políticos estão se articulando, as cidades ganham mais sons, vozes e cores. Evidentemente, os discursos políticos exaltam as pessoas e os seus lugares. As posses dos novos prefeitos eram imensamente comemoradas, com a presença de bandas de música e muitos discursos. O iminente fim da guerra na Europa era acompanhado pelo noticiário local, havendo comemorações pelas vitórias dos aliados nas batalhas.

Os estudantes, através da União Norte-rio-grandense de Estudantes (UNE), que desde 1942 vinha realizando manifestações em Natal favoráveis à entrada do Brasil na Guerra, organizaram, em 1945, alguns eventos. Um deles, que contou com a participação de várias escolas, públicas e privadas, homenageou a FEB, em função das vitórias nas batalhas de Monte Castelo e Castel Nuovo. Esse comício foi transmitido pela *REN*, para a capital e algumas cidades

do interior. Os discursos, eminentemente patrióticos, saudavam os soldados brasileiros e exaltavam sua bravura e patriotismo como fator de redemocratização do País. Tal comício chama a atenção pela diversidade do grupo organizador, que incluía comunistas, situacionistas, operários e estudantes e, pelo fato de dele, aparentemente, não resultarem conflitos. Aliás, a participação dos comunistas em homenagens à FEB, em nível nacional, foi intensa, estando eles presentes em manifestações organizadas por vários órgãos, como a Associação Brasileira de Imprensa (AIB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). O comício de amanhã na Praça Sete de Setembro. (O comício de amanhã. *A República*, 8 abr. 1945, p. 11; A Homenagem de ontem. *A República*, 10 abr. 1945, p. 4.)

Em Natal, também foram realizadas homenagens ao presidente americano Franklin Roosevelt, falecido em 12 de abril de 1945. As atividades incluíram palestras no colégio Atheneu e na Base Aérea, além da celebração de missas em várias igrejas. Faleceu, ontem, o Presidente Roosevelt. (Faleceu, ontem. *A República*, 13 abr. 1945, p. 1). Das homenagens a Roosevelt, passou-se, na semana seguinte, às já conhecidas comemorações do aniversário do presidente Vargas. No dia 19 de abril, em Natal, ocorreram várias homenagens, dentre elas palestras, sobre a personalidade do presidente, ocorridas no Sindicato dos Empregados no Comércio e na, recém-criada, Associação dos Servidores Cívicos,⁵ e que, nesse dia, aclamou o presidente Vargas como seu patrono. No município de Baixa Verde, por exemplo, a comemoração do aniversário de Getúlio Vargas foi promovida pelo Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência (LBA), com uma missa em ação de Graças, uma sessão solene, com a presença do prefeito, e uma hora esportiva. Artigos publicados nos jornais, nesse dia, exaltavam as conquistas da legislação trabalhista. (*A República*, Natal, 24 abr. 1945, p. 12.)

O mês de abril de 1945 ainda teria uma grande solenidade em Natal, dessa vez militar, já que a capital vivia também sob o clima da guerra. Tratou-se do juramento à bandeira dos novos soldados incorporados ao Exército, que foi realizado na Praça Pedro Velho e do qual participaram autoridades civis e militares. Os dois mil soldados incorporados, somados aos das corporações que desfilaram, garantiram o clima solene e um grande público, composto também pelas famílias que assistiriam à solenidade. (Dois mil. *A República*, 21 abr. 1945, p. 8).

Para o primeiro de maio, a programação foi organizada pelos sindicatos. O objetivo era a realização de manifestações em horários diferentes, ao longo de todo o dia. Houve várias sessões solenes: no Sindicato dos Empregados em Empresas de Carris Urbanos e no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil. No Teatro Carlos Gomes, a sessão contou com a participação do interventor e a irradiação de discurso do presidente Vargas. Nos dias seguintes às solenidades, vários sindicatos enviaram telegramas a Vargas parabenizando-o pelo brilhante discurso e declarando inteira e irrestrita solidariedade a seu governo. (Os trabalhadores. *A República*, 5 maio 1945, p.6.)

A semana seguinte ao primeiro de maio foi de festas em várias cidades do estado em função da conquista de Berlim pelos aliados. As vitórias eram acompanhadas pelos jornais locais e pela *REN*, que cotidianamente informavam sobre as batalhas, ao mesmo tempo em que anunciavam a programação a ser realizada após a tomada de Berlim. As comemorações tiveram início à medida que os exércitos aliados aproximavam-se da capital alemã. Assim, do “comício-monstro”, realizado em 23 de abril, passou-se à promoção de reuniões para organização de três dias de festas, quando fosse anunciada, oficialmente, a tomada da capital alemã. (*A República*, 24 abr. 1945, p. 12.).

É importante observar que tais festas uniam pessoas e lideranças que iriam militar em correntes políticas distintas: comunistas, pessedistas, udenistas e trabalhistas. A conquista de Berlim ocorreu em 2 de maio de 1945 e a semana seguinte foi toda de festas. A organização ficou a cargo da Liga da Defesa Nacional (LDN), presidida pelo Monsenhor João da Matha Paiva, que compôs uma comissão híbrida, contando com políticos, militares e operários.

Assim, em Natal, a programação constou de passeatas, cartazes e comícios em várias praças, bandas de músicas, festas dançantes, bailes públicos com orquestras, etc. A LDN encerrou suas comemorações com missa campal, sobrevoos de aviões, lançando boletins alusivos à vitória e à memória dos soldados mortos. Também se organizou uma visita aos túmulos dos soldados norte-americanos no cemitério do Alecrim, além de uma reunião solene no Teatro Carlos Gomes. A interventoria também patrocinou uma programação com desfiles das forças militares, de escolas, de associações esportivas, escoteiros e trabalhadores. Mas, as

festas não se restringiram à Natal. Em Mossoró, a concentração popular foi em frente à *Rádio Amplificadora*, com sinos anunciando a “*liberdade na Europa*”. O comício contou com grande participação popular e com vários oradores. O comércio foi fechado, houve hasteamento de bandeira e, mais uma vez, desfile de militares, escoteiros, ginastas, alunos de escolas primárias e associações classistas. Aviões do Aero Clube sobrevoaram a cidade, jogando bandeiras brasileiras e flores. À noite ocorreu um grande baile no clube Ipiranga. (Solenizada. *A República*, 15 maio 1945, p. 3.).

Dias depois, a comemoração da libertação dos escravos, em 13 de maio, contou com uma concentração operária, no Teatro Carlos Gomes, que foi promovida por uma comissão incluindo comerciários, industriários, motoristas, que também homenagearam o presidente Vargas. (Grande concentração. *A República*, 13 maio 1945, p. 12)

Em 1945, no Rio Grande do Norte, a região Seridó era uma das que mais vivera um processo de construções simbólicas, através dos seus intelectuais e políticos. Para Moraes Neta,

como (inter)locutores do Seridó, delineavam um lugar próprio para tal locução: o lugar do pertencimento. O espaço do *eu* era o que lhes davam a autoridade dos seus escritos [...]. Narrar as lembranças, locutar as secas como problema, divulgar o homem do Seridó como forte eram enunciados que bordejavam o nome dos autores e afirmavam para tais o estatuto de autoridade em termos de escrever, representar e dizer o Seridó. [...] (2008, p. 5)

Os discursos políticos evidenciavam, na região, e, principalmente, em Caicó, as características ímpares do local, como a terra, o homem e as mercadorias que produzia (MACÊDO, 2005, p. 22). Os discursos contrapunham o litoral ao sertão, evidenciando o lugar do homem seridoense na história do estado, por meio dos acontecimentos históricos, como a Marcha do gado e a Guerra dos Bárbaros. Assim, “o sertão como o espaço do outro do litoral estaria na base da produção do Seridó no discurso historiográfico.” (MORAES NETA, 2009, p. 8)

Currais Novos, cidade da região, já possuía, em 1945, vários monumentos comemorativos: em homenagem ao centenário da sua fundação e ao seu fundador Cipriano

Lopes Galvão; busto do ex-prefeito Coronel José Bezerra Gomes, que administrou a cidade nas primeiras décadas do século XX; busto do jornalista e abolicionista Ulisses Telêmaco.⁶

Na região Oeste, Mossoró era a mais importante cidade e, em 1945, também realizava comemorações de datas históricas, que lembravam um “pioneirismo mossoroense”, termo que constantemente foi utilizado na imprensa e na fala de políticos, intelectuais e jornalistas, oriundos daquela cidade ou não, nas décadas seguintes. O “pioneirismo”, em 1945, referia-se à libertação dos escravos, ocorrida em 30 de setembro de 1883. A data era feriado municipal desde 1913. Comemorações relacionadas a episódios históricos ocorridos na cidade foram sendo realizadas, ampliando uma tradição duradoura, pois, no início do século XXI, o *Auto da Liberdade* constitui-se em um grande espetáculo, encenado ao ar livre, anualmente, e relembra os 4 episódios que tornaram Mossoró precursora de acontecimentos nacionais: a libertação dos escravos; o *Motim das Mulheres*, ocorrido em 1875, quando um grupo de mulheres protestou contra o alistamento masculino para a Guerra do Paraguai; a primeira permissão para uma mulher votar no Brasil, ocorrida em 1927⁷; e a resistência ao bando de Lampião, também em 1927, quando os cangaceiros foram impedidos de entrar na cidade. A resistência ao ataque de Lampião é também comemorada anualmente com *Chuva de balas no País de Mossoró*, atração turística sob forma de espetáculo que faz “uso” do passado da região.

Muitos dos livros que abordam a história dos municípios incluem documentos oficiais, como atas de reuniões das câmaras de vereadores, leis das emancipações políticas, dentre outros elementos, que, para seus escritores, compõem os principais marcos dessas histórias. Eles são extremamente importantes para as construções identitárias locais, sendo escritos por pessoas nascidas nestes lugares. Há, neles, quase sempre, um sentimento de enaltecimento das pessoas e das regiões.

De forma geral, portanto, tais textos discutem alguns fatos e a atuação de pessoas consideradas importantes, como padres, políticos e ocupantes de cargos do judiciário, como juízes e promotores. São nomes de personalidades consideradas ilustres, que estão presentes no cotidiano da população em cidades, praças, bairros, ruas, escolas, hospitais e estádios de futebol. Apresenta-se, nesse caso, um ponto que vale observar. A maioria desses nomes, inclusive o de

alguns municípios, criados entre 1945-1964, são de políticos atuantes a partir das primeiras décadas do século XX, e que participaram do processo de redemocratização, iniciado em 1945. São, principalmente, políticos que possibilitaram a longevidade do seu grupo, através de filhos, genros ou netos. Esse é, portanto, um processo de criação de identidades de grupos políticos, que se entrelaçava com a construção de identidades das próprias localidades, que começava a ser gestado no estado.

Em 1940, o Censo identificou apenas três municípios do Rio Grande do Norte com população superior a 30.000 habitantes: Santa Cruz, Natal e Mossoró. No entanto, ocorria tanto um crescimento populacional quanto intensas mudanças em diferentes dimensões da vida urbana e rural da população, sobretudo no interior do estado. A construção de estradas, açudes, escolas, hospitais, estações postais e telegráficas, além de mercados públicos, melhorava as condições de vida cotidiana.

Em muitas localidades do Rio Grande do Norte, na segunda metade da década de 1930, as únicas festas que ocorriam eram as religiosas, principalmente, as dos padroeiros. Mas, ao longo do período abordado, as comemorações cívicas entraram para os calendários municipais, movimentando os espaços públicos e contribuindo para o surgimento de sentimentos identitários por espaços que passavam por delimitações geográficas.

Referências

A Homenagem de ontem à Força Expedicionária Brasileira. **A República**, p. 4, Natal. 10 abr. 1945.

ARAÚJO, Marta Maria; MEDEIROS, Maria das Dores. As celebrações da festa da Gloriosa Senhora Sant’Ana de 1930 (Caicó-RN). In; DANTAS, Eugênia; MORAIS, Grinaura Medeiros. **Livro de memórias**. João Pessoa: Ideia, 2006, p. 193-218;

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

A República, Natal, p. 16, 15 abr. 1945.

A República, Natal, 24 abr. 1945, p. 12.

CÂMARA, Anfilóquio. **Scenários municipais (1941-1942)**. Natal: DEIP, 1943;

CASCUDO, Luis da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: RN Econômico/IGHRN, 1999.

DANTAS, Eugênia Maria. Travessia urbana. In: BURITI, Iranilson & DANTAS, Eugênia. **Cidade e região**: múltiplas histórias. João Pessoa: Ideia, 2005.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996;

Decreto-lei, n. 311, 2 març. 1938. Disp. em www.iterpa.pa.gov.br. Acess. em 23.03.2008.

Decreto 457, 29 març. 1938. **A República/Diário Oficial**, Natal, 2 abr. 1938, p.2.

Decreto-lei no. 268, 30 dez. 1943. **A República**, Natal, 31 dez 1943, p. 4.

Divisão territorial do Estado. **A República**, Natal, 2 out. 1938, , p. 3.

Dois mil conscritos jurarão à bandeira hoje nesta capital. **A República**, Natal, 21 abr. 1945, p. 8.

Faleceu, ontem, o Presidente Roosevelt. **A República**, Natal, 13 abr. 1945, p.1.

FURTADO, João Maria. **Vertentes** (memórias). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda, 1976.

Grande concentração operária. **A República**, Natal, 13 maio 1945, p. 12.

GRYNSZPAN, Mário; PANDOLFI, Dulce C. Memórias de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In: GOMES, Ângela de C. **Direitos e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GERVAIS-LAMBONI, Philippe. Territoires et *politique* : une approche géographique. In: CEFAÏ, Daniel (org.). **Cultures politiques**. Paris: PUF, 2001, p. 253-169.

LIMA, Jailma M. **Imagens e vozes: imprensa, radiodifusão e propaganda política no Rio Grande do Norte (1935-1943)**. UFPE: 2001. Dissertação de Mestrado.

MACÊDO, Muraikytan. Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

MORAES NETA, Olívia de M. (Ser) tão Seridó em suas cartografias espaciais. **Revista Espacialidades**. 2008, vol. 1, n.0. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/espacialidades/v1n0/olivia.pdf>>. Acesso em 20 de nov. 2009.

O comício de amanhã na Praça Sete de Setembro. **A República**, Natal, 8 abr. 1945, p. 11.

OLIVEIRA, Regina Célia. **O Instituto Brasileiro de Geografia no projeto cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005. Dissertação de Mestrado.

Os trabalhadores do Rio Grande do Norte e o dia do trabalho. **A República**, Natal, 5 maio 1945, p. 6.

Solenizada festivamente em Mossoró a vitória das Nações Unidas. **A República**, Natal, 15 maio 1945, p. 3.

Artigo recebido em 02 de abril de 2015. Aprovado em 20 de outubro de 2015.

Notas

¹ Os termos judiciários correspondiam aos limites geográficos dos municípios. As comarcas abrangiam, muitas vezes, mais de um termo. O decreto afirmava: Art. 2º Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando área contínua. [...]; Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome. Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila. [...] Art. 5º Um ou mais municípios, constituindo área contínua, formam o termo judiciário, cuja sede será a cidade ou a mais importante das cidades compreendidas no seu território e dará nome à circunscrição. Art. 6º Observado, quanto à sede e à continuidade do território, o disposto no artigo anterior, um ou mais termos formam a comarca. Art. 7º Os territórios das comarcas e termos serão definidos, nos respectivos atos de criação, pela referência às circunscrições imediatamente inferiores que os constituírem. [...] Art. 15. As designações e a discriminação de "comarca", "termo", "município" e "distrito" serão adotadas em todo o país, cabendo às respectivas sedes as categorias correspondentes, e abrangidos os distritos que existiam somente na ordem administrativa ou na judiciária. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Decreto-lei, n. 311, 2 març. 1938.

² Perderam a condição de vila: Afonso Bezerra e Epitácio Pessoa (Angicos); Almino Afonso (Patu); Vitória (Pau dos Ferros); São Rafael (Santana do Matos); Jardim de Angicos (Lages); Cerro Corá (Currais Novos); São Paulo do Potengi (Macaíba); São João do Sabugi (Serra Negra); São José de Campestre (Nova Cruz) Grossos (Areia Branca). Esses povoados readquiriram a condição de vila no mesmo ano. Além dos 42 municípios existentes, que coincidiam com os distritos, havia três distritos com autonomia administrativa: Jardim de Piranhas, Ouro Branco e Itaú. Essa foi a divisão municipal do Rio Grande do Norte, analisada pelo censo de 1940.

³ A Rampa é um prédio que foi construído em 1930, na localidade denominada de Limpa, hoje limite dos bairros das Rocas e Santos Reis, em Natal. Era um ponto de embarque de passageiros e de transportes que recebia hidroaviões e onde atuavam algumas empresas aéreas. O local foi transformado pelos americanos, com a construção de uma base para hidroaviões pelo *Airport Development Program*, entre março de 1941 e março de 1944. Para Melo (s/d, p. 93), a demora na construção deveu-se às constantes alterações no desenrolar da guerra e ao torpedeamento de navios que transportavam da Venezuela o asfalto que seria usado para o término das obras. Na *Rampa da Limpa*, ficavam abrigadas as “patrulhas dos hidroaviões da Marinha, os “catalinas” tão populares como os imensos B-29, bombardeadores de Tóquio, guardados nos ninhos altos de *Parnamirim Field*. Da Rampa, além dos 24 PBY de patrulha, corriam erguendo vôo para o salto atlântico os *clippers* de 75 passageiros.” (CASCUDO, 1999, p. 424).

⁴ Os *blackouts* eram procedimentos de exercícios de treinamento e preparação da cidade, para serem realizados pela população civil, em caso de ataques aéreos. Nesses exercícios, sirenes eram acionadas e as luzes da cidade, apagadas. As pessoas não podiam sair às ruas e quem estivesse fora das suas casas deveria se dirigir aos abrigos subterrâneos.

⁵ A Associação dos Servidores Civis foi criada no Rio Grande do Norte em 08 de abril de 1945, por funcionários do Estado, da União e do Município, e tinha finalidades culturais, cívicas e esportivas e de previdências. Ao longo de 1945 realizaram várias reuniões e homenagens ao presidente Vargas.

⁶ Ulisses Telêmaco de Araújo Galvão (1872- 1907) foi professor, poeta e pesquisador. Destacou-se na cidade de Currais Novos como jornalista, fundando os periódicos *O Eco do Norte* (1900) e a *Voz Potiguar* (1906), além de colaborar para jornais de Natal, Recife e Porto Alegre.

⁷ As primeiras mulheres que obtiveram a permissão para votar foram as professoras Celina Guimarães, em Mossoró, e Júlia Barbosa, em Natal.